

# Para Ulysses, vence o regime parlamentarista

BRÁSILIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente em exercício, Ulysses Guimarães, acha que, se a Constituinte votasse hoje o futuro sistema de governo, não haveria a menor dúvida: prevaleceria o parlamentarismo. Mas esse quadro poderá mudar, em função da ação dos governadores, que são presidencialistas, disse ele ao prefeito de Rio Claro (SP), Kal Machado, que o visitou no Planalto.

Para o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), o presidencialismo é um direito adquirido do presidente José Sarney, mas ele deve-se preparar, porque, ao terminar seu mandato, a implantação do parlamentarismo será inevitável. A seu ver, o regime idealizado por Sarney e defendido por ele no México, presidencialismo com Congresso forte, só existe mesmo nos Estados Unidos, onde os três Poderes atuam de forma equilibrada. No Brasil, acentuou, só existe, na prática, o Executivo.

"Vamos aprovar o parlamentarismo aqui. O presidente Sarney, se não quiser o novo regime, que renuncie" — disse por sua vez, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), que considerou "um desrespeito" à Constituinte as declarações de Sarney no México. O presidente da República, acrescentou, "vai para o México e se esquece de que foi ele mesmo que convocou a Assembléia Nacional Constituinte, que está em funcionamento e que ele deveria ser o primeiro a respeitar".

O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) não ficou "nem um pouco surpreso com mais essa tentativa de intimidação" de Sarney contra os constituintes: "Eu espero que os compromissos dos constituintes com o País sejam mais fortes do que o jogo de pressão que certamente virá da parte do governo".

Já o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, defende uma ampla negociação com o Executivo, com vistas à definição do sistema de governo. No seu entender, o presidencialismo está esgotado, constitui coisa do Terceiro Mundo, onde há uma sucessão de aberturas e ditaduras, em clima de permanente instabilidade. Em 47 anos de vida, lembrou, viveu 26 sob regime autoritário. Nem mesmo nos Estados Unidos, alertou, o presidencialismo funciona sem problemas. Lá também existe instabilidade, ressaltou, embora o Congresso seja forte, como o provam os impeachments e os assassinatos de vários presidentes.

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), parlamentarista, pensa que Sarney tem o direito de defender o que quiser, mas não acredita que uma eventual campanha do governo presidencialista venha a alterar a convicção dos constituintes, majoritariamente parlamentaristas, salvo alguns ainda indecisos. Quem não estranhou as declarações de Sarney no México foi o senador Mário Covas. Ele lembrou que a posição do presidente não é novidade e já foi revelada "quando ele anunciou, imperialmente, que vai ficar cinco anos no poder".

# Projeto de Constituição cria o orçamento social

BRÁSILIA  
AGÊNCIA ESTADO

A criação de um orçamento social será incluída no projeto que o relator Bernardo Cabral apresentará amanhã aos líderes partidários na Constituinte. Pela proposta, o orçamento social será enviado anualmente ao Congresso Nacional juntamente com os orçamentos fiscal e monetário. Se aprovada pelo plenário da Constituinte, a partir da vigência da futura Constituição, todo ano o Congresso votará uma lei de diretrizes orçamentárias (até o mês de abril), na qual constarão as prioridades que deseja para os orçamentos da União, principalmente na área social. A reunião de Bernardo Cabral com as lideranças partidárias estava marcada para hoje, mas foi adiada a pedido de Ulysses Guimarães, que ainda estará no exercício da Presidência da República.

O orçamento social, aprovado ontem pela Comissão de Sistematização, substituirá todos os fundos destinados ao setor, até mesmo o Fundo Nacional de Seguridade Social, sugerido recentemente na Constituinte. A iniciativa determina que, depois de receber a lei de diretrizes orçamentárias, o Executivo terá um prazo (até o fim de agosto) para enviar as propostas dos três orçamentos para apreciação final do Congresso.

O senador Fernando Henrique Cardoso, que ontem falou em nome da Comissão de Sistematização, revelou que a questão social é a que mais está ocupando, atualmente, Bernardo Cabral e seus auxiliares. Para ele, a proposta do orçamento social, se efetivada, tornará o Con-



Alencar Monteiro

Cabral adverte que não abre mão de princípios

gresso mais participante e responsável, além de superar os problemas que haviam sido criados no anteprojeto de Constituição com o fim dos serviços oferecidos pelo Sesi, Sesc Senai e Senac, ameaçados de extinção pelo Fundo Nacional de Seguridade Social.

O relator Bernardo Cabral informou ontem a um grupo de deputados do PMDB, entre os quais o líder do governo, Carlos Sant'Anna, que seu projeto vai preservar os atuais poderes do presidente Sarney até o fim de seu mandato. A adoção do parlamentarismo ocorrerá somente a partir da posse do sucessor. Cabral

incluía ainda o mandato de cinco anos, com eleições presidenciais a 15 de novembro de 1989 e posse a 15 de março de 1990. Confirmou também a competência da legislação ordinária para definir a estabilidade no emprego e a jornada máxima de trabalho.

Cerca de 40 parlamentares peemedebistas foram ao gabinete de Cabral manifestar apoio e solidariedade, diante das informações de que o relator estaria sendo pressionado por líderes e dirigentes do partido. Bernardo Cabral garantiu que sua independência está sendo preservada e que não abrirá mão de seus princí-

pios e da linha programática do PMDB.

Na conversa com os parlamentares, Cabral reafirmou que não vai suprimir de seu projeto a proibição de propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas, remédios e agrotóxicos nos veículos de comunicação de massa. "Isso apesar das pressões e dos grandes recursos empregados na campanha contra a proposta" — acrescentou.

OAB

Transformar o Supremo Tribunal Federal em Tribunal Constitucional, que julgaria apenas as matérias constitucionais, ao mesmo tempo criar o Superior Tribunal de Justiça, a quem caberia o julgamento de assuntos ligados à lei ordinária. Estas sugestões constam do projeto de reforma do Poder Judiciário apresentado ontem a Ulysses Guimarães por Márcio Thomás Bastos, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

O pedido para que a OAB fizesse o trabalho partiu do próprio Ulysses, no mês passado, quando substituiu o presidente José Sarney, que estava na Argentina. Márcio Bastos levou o documento, acompanhado de diversos magistrados. Depois do Palácio do Planalto, o grupo foi ao Banco do Brasil, onde está se reunindo a Comissão de Sistematização. A expectativa era de que Bernardo Cabral aceitasse as sugestões da entidade. Além do documento levado ontem, a OAB fará uma avaliação geral da Constituinte, com críticas e sugestões. Segundo Márcio Bastos, inicialmente os advogados defendem o presidencialismo, com alguns mecanismos do parlamentarismo.

# Uma chantagem

CARLOS CHAGAS

Catram como mísseis sobre os grupos constituintes adeptos do parlamentarismo, ontem, em Brasília, os elogios do presidente José Sarney ao presidencialismo, feitos terça-feira perante o Congresso do México. O caminho constitucional de um presidencialismo forte, que não existe sem um Legislativo forte, foi referido pelo chefe do governo brasileiro como de nossa tradição republicana e de nossas necessidades.

Os deputados e senadores parlamentaristas não gostaram, mas reconheceram que, se Sarney continuar em sua linha de defesa da manutenção do presidencialismo, dificilmente a Constituinte terá condições de mudar o sistema de governo. Permanecerão, mesmo nas votações finais, os princípios presidencialistas, ainda que admitida a criação de um cargo de primeiro-ministro, como mero auxiliar do presidente da República. Governo é governo, tem sua influência e sua importância, além de dispor do Diário Oficial. Em especial porque Sarney se une a Ulysses Guimarães, Marco Maciel, Aurélio Chaves, a totalidade dos governadores e até a Leonel Brizola, nessa espécie de frente ampla antiparlamentarista.

Qual a reação dos partidários do sistema parlamentar de governo, ontem? A chantagem. Nada mais, nada menos. Eles estão a um passo da ameaça, que farão chegar ao presidente assim que ele retorne do México, na noite de amanhã. Se o parlamentarismo for obstado, votarão pela redução do mandato presidencial para quatro anos. Não se incorporará à corrente dos que pregam diretas já, ou melhor, diretas no ano que vem. Darão o troco a Sarney: levados por um sentimento revanchista que nada tem a ver com as inspirações fundamentais de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Seria constrangedor citar-lhes os nomes, até porque fazem parte daquela massa amorfa e inodora, com raras exceções. É claro que existem parlamentaristas convicidos e honestos, empenhados na reforma do sistema de governo como meio de aprimorar nossas instituições e consolidar a democracia. Mestre Afonso Arinos é um deles. Outros poderiam ser referidos. Mas boa parte dos que se integram na alteração o faz por questões menores. Mesquinhas, umas; absurdas, outras. Entre estas, a de que o Congresso se viu violentado e humilhado pelo Executivo nos 21 anos de regime ditatorial, e agora precisa recuperar seus poderes e criar condições para que a História jamais se repita. Entre aquelas, a de que, enfeitando os controles do governo, o Congresso exprimirá o poder nacional, com as devidas benesses a seus integrantes. São esses que vão chantagear o presidente.

O grave, na história, é que a ameaça poderá concretizar-se. A chantagem encontra campo aberto. Sarney não a aceitará, é óbvio, mas, desencadeada, ela produzirá efeitos. São amplos os setores constituintes empenhados na redução do atual período presidencial para quatro anos. As esquerdas, os zitis e até alguns liberais sustentam a realização de eleições no ano que vem. Se tiverem suas hostes acrescidas de uma parte que seja dos "parlamentaristas", a tese acabará aprovada.

Prevê-se, assim, o acirramento do debate entre presidencialismo e parlamentarismo, dentro e fora da Assembléia Nacional Constituinte. Até agora, os textos preparados pelos diversos grupos e comissões formais e informais têm consagrado o sistema misto, desastre maior do que a abrupta adoção do parlamentarismo clássico. O relator Bernardo Cabral não poderia, mesmo se quisesse, afastar-se da tendência, quando entregar o seu anteprojeto, nos próximos dias. Também não quer, pois se diz parlamentarista.

O resultado é a transferência do confronto para o plenário da Constituinte, a partir de setembro, quando se espera que apenas os temas polêmicos venham a ser objeto de discussão. Os chefes partidários, os ministros, os governadores e até o presidente da República deverão procurar contornar as coisas, pretendendo manter o presidencialismo através de um acordo. Certas concessões serão feitas, como a acima referida, da criação de um cargo de primeiro-ministro, capaz de desafogar a rotina dos encargos presidenciais. É o máximo que admitem Ulysses Guimarães, Marco Maciel e os outros.

O problema está em que, sem esse consenso, o remédio será "bater chapa", isto é, colocar a questão em votação. Predominando o presidencialismo, como imaginam seus defensores, se seguirá a próxima etapa. E o tempo de governo do presidente José Sarney? Nesse caso, mudaria o jogo de forças, com boa parte dos presidencialistas votando nos quatro anos. Com os votos parlamentaristas, ou parte deles, adeus cinco anos.

Quando desembarcar na Capital Federal, o presidente da República será posto a par dos novos acontecimentos. A estratégia para enfrentar a chantagem será dele. Poderá, desde já, mobilizar os instrumentos políticos e administrativos ao seu dispor, exigindo, quem sabe, uma definição anterior do tempo de mandato pela Constituinte, para que depois se realize a opção sobre o sistema de governo. Como poderá deixar as coisas correrem soltas, apelando depois para um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, na hipótese da redução de seu período de governo.